



CAMPO ABERTO

Gisele Loeblein
gisele_loeblein@zerohora.com.br
zhora.co/giseleloeblein
3218-4709

SEM MOEDA PODRE NO CAIXA

Será agora questão de tempo de regulamentação. Ou seja, para ter efeito prático, a medida que permite às indústrias de leite recuperar crédito presumido (a chamada monetização do crédito) acumulado desde 2010, depende só das regras – que, espera-se, não demorem anos para sair. Longa batalha do setor, a possibilidade de resgatar, em dinheiro, os créditos acumulados, é uma mudança trazida com a sanção da medida provisória 668. Na visão dos defensores do projeto, é um mecanismo importante para que as empresas tenham fôlego financeiro. Autor da emenda original, o deputado federal Jerônimo Goergen (PP-RS) avalia que esse recurso poderia ter ajudado a salvar muitas indústrias que, ao falirem ou entrarem em recuperação judicial, trouxeram prejuízo também para os produtores de leite.

– Esse crédito dá um capital de giro. A LBR (empresa atualmente em recuperação judicial) tinha, até 2013, cerca de R\$ 500 milhões em haver.

Na prática, as operações de aquisição da matéria-prima geravam crédito presumido para as indústrias (de PIS/Cofins calculado sobre 60% do valor total da compra). Essa quantia, explica o secretário-executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados do Estado (Sindilat-RS), Darlan Palharini, era computada no balanço, mas não entrava de fato no caixa. Por isso era chamada de moeda podre.

Na negociação para a emenda da medida provisória, reduziu-se o percentual de cálculo de 60% para 50%. Os laticínios também terão de fazer uma contrapartida, aplicando no mínimo 5% dos recursos para ações de assistência técnica.

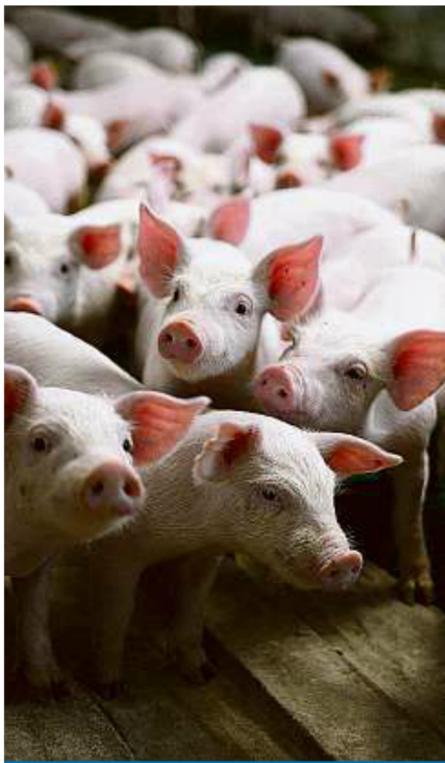
– Vejo como uma vitória do setor. E irá fomentar a assistência técnica – afirma Alexandre Guerra, presidente do Sindilat-RS.

A entidade deverá fazer levantamento do quanto as empresas gaúchas teriam a receber de 2010 para cá. Outra ponto importante da medida é que, a partir de agora, as cooperativas também poderão fazer esse resgate.

Caberá aos ministérios da Fazenda e da Agricultura a tarefa de regulamentar. Para o setor, quanto antes sair, melhor.

NO RADAR

PROPOSTAS DE mudanças para o Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC) compiladas pelo Observatório ABC foram entregues ao governo federal. Lançado em 2013, o ABC prevê ações – incluindo crédito – para a redução da emissão de gases de efeito estufa e deverá ser revisado ainda em 2015.



DIÓGO ZAMANTTA/ESPRESSO, RBO

PONTOS DE CONEXÃO

Com 13 mil integrados no Brasil e 2,5 mil no Rio Grande do Sul na produção de suínos e de aves, a BRF começa a fortalecer neste mês, em unidades gaúchas – Lajeado, Marau, Garibaldi e Serafina Corrêa –, mecanismo para facilitar a comunicação entre produtores e empresa. São as Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração. Com periodicidade de 60 a 90 dias, se propõem a ser canais para dúvidas sobre contrato, segurança, sanidade, entre outros.

– Um dos artigos do projeto de lei sobre a produção integrada é da formação dessas comissões. Mas não podemos mais esperar o andamento da lei para ter essa iniciativa – explica Paulo Rossato, coordenador de sustentabilidade agropecuária da BRF.

Implementadas nos últimos três anos (e agora consolidadas como política – as comissões têm relação com o foco no processamento de proteína animal (é dona das marcas Sadia, Perdigão e Qualy), após a venda do segmento leite (Elegê e Batavo) para a francesa Lactalis.

Cada comissão é formada por 10 integrantes, sendo cinco indicados pela BRF e cinco pelos produtores.

TEM SENSAÇÃO DE DÉJÀ VU O ANÚNCIO DE QUE A COBERTURA DO PROAGRO SERÁ DE 80% SOBRE A RENDA ESPERADA. NO ANO PASSADO, TAL MEDIDA ENTROU NO PACOTE DO PLANO SAFRA FAMILIAR ANUNCIADO, MAS CIRCULAR DO BANCO CENTRAL ADIOU A ENTRADA EM VIGOR PARA 1º DE JULHO DESTA ANO.

PELO SEGURO-DESEMPREGO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) começou a batalha para que o governo apresente novas medidas para garantir aos trabalhadores rurais acesso ao seguro-desemprego. Ontem, a entidade conversou com o ministro do Trabalho, Manoel Dias, sobre o assunto.

Na semana passada, após o veto da presidente Dilma Rousseff a artigo que tratava da situação dos trabalhadores do campo, a Contag publicou nota de repúdio em seu site.

– Claro que há diferenças entre o trabalhador rural e urbano, isso tem de ser levado em consideração, e a discussão vai clarear os pontos de vista – afirmou o ministro.

O artigo vetado pela presidente previa as situações em que o benefício poderia ser acessado pelo trabalhador rural.

A SECRETARIA da Agricultura acertou ontem com o Banrisul a prorrogação das parcelas de custeio dos produtores de arroz. As com vencimento em junho ficam para agosto, e as que venceriam em julho, para setembro.



Ciclo de Palestras AGRONEGÓCIO

CONVIDADOS

Sr. Jackson Ernani Florin
Dr. em Ciência do Solo, pesquisador da CCGL/TEC
Tema: **Tratamento do solo**

Sr. Alexandre Levien
Engenheiro agrônomo - Fundação Pró-Sementes
Tema: **Certificação das sementes**

MEDIAÇÃO

Gisele Loeblein
Editora do Caderno Campo e Lavoura de Zero Hora

DATA
26 DE JUNHO

LOCAL
ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA COOPATRIG - SÃO LUIZ GONZAGA - RS

HORÁRIO
9h30

REALIZAÇÃO



APOIO

